

População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX

Carlos de Oliveira Malaquias¹
Isabela Leite Santos²

Slave population and slave family in Sergipe, first half of the nineteenth century

Población y familia esclava en Sergipe, primera mitad del siglo XIX

Resumo

O artigo visa examinar a expansão do escravismo em Sergipe na primeira metade do século XIX usando dados sobre a população em mapas de moradores e inventários *post mortem*. Por meio da seriação e da bibliografia, mostramos que a população escrava cresceu na primeira metade do século XIX junto com a expansão da cana-de-açúcar. O tráfico de escravos desempenhou um papel pouco expressivo nesse crescimento, pois a presença de africanos nas escravarias era minoritária, por outro lado, o relativo equilíbrio sexual e a presença significativa de crianças indicam alta probabilidade de reprodução interna. Nessas condições, a família escrava era uma instituição comum e bastante registrada nos inventários, porém enquadrada pelas características da propriedade dos senhores.

Palavras-chave: *História da população; Escravismo; Família escrava; Sergipe oitocentista.*

1 Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: carlos.malaquias@hotmail.com

2 Graduada em História e Bolsista de Iniciação Científica COPES/UFMS na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: isaleite97@gmail.com

Abstract

The article examines the expansion of slavery in Sergipe in the first half of the 19th century using data from proto-census and probate records. Through techniques of quantitative history and dialogue with other studies, we show that the slave population grew in the 19th century jointly the expansion of sugar cane. Slave trade played a minor role in this process, once the presence of Africans was small. On the other hand, the relative sexual balance and the significant presence of children points to a high probability of endogenous reproduction. Under these conditions, the slave family was a widely spread institution and usually registered in the probate records but framed by the slaveholder's wealth.

Keywords: *Population History; Slavery; Slave family; 19th century Sergipe.*

Resumen

El artículo examina la expansión de la esclavitud en Sergipe en la primera mitad del siglo XIX utilizando datos de población en mapas de residentes e inventarios post mortem. A través de la serialización y el diálogo con otros estudios, mostramos que la población esclava creció en el siglo XIX junto con la expansión de la caña de azúcar. El comercio de esclavos desempeñó un papel menor en este crecimiento, ya que los africanos eran una minoría; a su vez, el equilibrio sexual y la presencia significativa de niños indica una alta probabilidad de reproducción interna. En estas condiciones, la familia esclava era una institución común y registrada en los inventarios, pero enmarcada por las características de la propiedad de los esclavistas.

Palabras clave: *Historia de la población; Esclavitud; Familia esclava; Sergipe del siglo XIX.*

Introdução

A família escrava foi um tema central da revisão historiográfica sobre a escravidão nos anos de 1980. Graças aos estudos fortemente empíricos, compreendeu-se a existência, difusão e resiliência dessa instituição no Brasil. Estudos sobre a família escrava foram fundamentais para superar preconceitos sobre a promiscuidade de africanos e seus descendentes, bem como sobre a “anomia” da população negra. Esses estudos também foram importantes para reconstituir o caráter complexo da dominação escravista, indicando a ambiguidade da família escrava como unidade de resistência e de controle³.

Não obstante o avanço da historiografia, a cobertura espacial dos estudos sobre família escrava é ainda desigual, restando áreas do Brasil poucas exploradas. No caso de Sergipe, nas últimas duas décadas, importantes trabalhos enfocaram a família escrava na segunda metade do século XIX (AMARAL, 2012; SANTOS, J. 2004; SILVA, 2010), enquanto apenas a consistente investigação de Joceneide Santos (2014) avançou no século XVIII e começo do Oitocentos.

Há cerca de cinco anos, temos buscado contribuir com a historiografia sobre a escravidão e a estrutura agrária com o levantamento sistemático dos inventários *post mortem* salvaguardados pelos arquivos de Sergipe⁴. Até o momento, cerca de 900 processos de inventário, contendo informações sobre mais de sete mil escravos, foram recolhidos. Esse volume documental corresponde à virtual integralidade dos inventários disponíveis em Sergipe na primeira metade do século XIX⁵. Porém, como o trabalho de conferência de dados ainda

3 Florentino e Góes (1997), Robert Slenes (2011) e Hebe Mattos de Castro (1995) praticamente moldaram as principais questões do campo de estudos. Rocha, C. (2004), Graça Filho (2007), Rocha, S. (2009) e Freire, J. (2009) são excelentes exemplos de como essas questões foram desdobradas em novos questionamentos.

4 Documentação sob a guarda do Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e do Arquivo Público de Sergipe, Coleção Sebrão Sobrinho (APES-SS).

5 A maior parte da documentação cartorial sergipana foi recolhida dos fóruns e cartórios municipais para o Arquivo Geral do Judiciário, na capital Aracaju, onde a documentação foi organizada e é conservada. Porém, parte dos fundos dessa instituição ainda é pré-catologada e algumas cidades mantêm documentação oitocentista. Assim, inventários do período ainda podem ser encontrados, mas cremos que a maioria está disponível para consulta no AGJSE.

está em andamento, os números apresentados neste artigo estão sujeitos a pequenas revisões no futuro, muito embora as tendências apontadas dificilmente mudarão.

A evidência de que lançamos mão neste artigo é fundamentalmente quantitativa, tendo os processos de inventários como coluna central de nossos argumentos; o tratamento desses dados é fortemente inspirado na metodologia de Florentino e Góes (1997). Além dos inventários, nos valem de mapas de população feitos pela província e listas de plantadores do período colonial⁶, fontes exploradas pela ampla literatura sobre história da população, da qual foram particularmente úteis os trabalhos de Libby e Paiva (1995) e Luna e Klein (2005). Infelizmente, o acervo de registros paroquiais da capitania e posterior província de Sergipe é muito fragmentário e os assentos de casamentos praticamente inexistem para o nosso período.

As fontes disponíveis, no entanto, permitem abordar a origem da população escrava de Sergipe, na primeira metade do século XIX, e sopesar a importância relativa do tráfico e da reprodução endógena para a manutenção dessa população, além de avançar sobre as possibilidades de organização de seus laços conjugais. Os resultados da investigação são apresentados em três breves seções: a primeira é dedicada à evolução agrária da capitania/província de Sergipe e ao papel desempenhado pela expansão tardia da cana-de-açúcar; a segunda seção é destinada às características gerais e à dinâmica da população escrava, com base, sobretudo, nas informações dos inventários. A terceira seção aborda os laços familiares entre os escravos registrados nos inventários, mostrando o perfil dos cativos casados e debatendo a estabilidade dessas famílias diante da partilha dos bens, por ocasião do falecimento dos senhores. Por fim, seguem-se breves considerações, em que se sugere a importância da família escrava na política senhorial de dominação, ao longo do século XIX.

6 Para os *Mapas Exatos de População*, um conjunto de tabelas elaboradas pelos vigários de Sergipe entre 1824 e 1830, consultar Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Coleção Sebrão Sobrinho – Mapas de População. Para as *Listas de Plantadores de Mandioca* (BAHIA, 1785).

A escravidão em Sergipe

O pequeno território que veio a ser conhecido como Sergipe Del Rei, situado entre as mais importantes áreas açucareiras da América Portuguesa – Pernambuco e o Recôncavo Baiano -, foi ocupado por meio de missões religiosas e incursões militares contra os indígenas, entre fins do século XVI e começo do XVII⁷. As sesmarias doadas como recompensa pelos serviços dos colonizadores foram pedidas e justificadas, em sua maioria, como terras para criação de gado e cultivo de alimentos. No princípio da ocupação, poucas concessões foram solicitadas para o cultivo de cana e produção de açúcar⁸. É possível que, entre os colonos, poucos tivessem recursos suficientes para a construção de um engenho ou, ainda, que os custos de transporte tornassem o açúcar sergipano menos competitivo, numa época em que o consumo europeu era plenamente satisfeito pela produção de Pernambuco e do Recôncavo ou das Antilhas. Assim, a agromanufatura açucareira em Sergipe só floresceu na conjuntura favorável de fins do século XVIII e começo do XIX, quando o maior produtor mundial de açúcar, a colônia de Saint Domingue, saiu de cena pela rebelião que conquistou a independência da ilha e o fim da escravidão, ao mesmo tempo em que o mercado internacional do produto se expandia vigorosamente, com o surgimento do consumo de massa na Europa e nos Estados Unidos (MARQUESE; SALES, 2016; SCHWARTZ, 1988).

Entre a conquista e a ascensão do açúcar, a economia sergipana baseou-se na criação de gado, durante a maior parte do século XVII, e no cultivo do fumo, logo depois das invasões holandesas (NUNES, 2006). Junto do gado e do fumo, o plantio de mandioca e o fabrico de farinha eram difundidos e corriqueiros em todo o território. Nenhuma dessas atividades deixou de existir no período que nos interessa, mas a ascensão do açúcar nas terras úmidas do litoral

⁷ As referências fundamentais sobre os primeiros anos de Sergipe são o clássico estudo publicado em 1891 pelo médico e primeiro presidente do estado Felisbello Firmo Freire (2013) e a obra de Nunes (2006).

⁸ Ver a compilação de sesmarias em Felisbello Firmo Freire (2013, p. 399). Ver também o segundo capítulo de Santos, L. (2011) e a tese de Dantas (2019, p. 123).

reconfigurou as relações entre os cultivos, o que se verifica na distribuição espacial das atividades econômicas na província, no século XIX⁹.

A mais abrangente reunião de estatísticas e contagens de população da capitania/província foi feita por Luiz Mott (1986), em uma série de estudos publicados nos anos 1970 e 1980. Uma síntese dos resultados obtidos pelo pesquisador pode ser vista na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Evolução da População de Sergipe.

Ano	Livres		Escravos		Total
	N	%	N	%	
1802	36.234	63,1%	19.434	34,9%	55.668
1819	88.783	77,2%	26.213	22,8%	114.996
1834	112.640	70,3%	47.812	29,7%	160.452
1850	163.696	74,5%	55.924	25,5%	219.620
1856	101.383	75,5%	32.741	24,5%	134.124
1872	153.620	57,2%	22.623	12,8%	176.243

Fonte: Mott (1986, p. 140-141).

De acordo com Mott (1986, p.141), entre 1802 e 1856, a população escrava cresceu 1,6% a.a., enquanto a população livre aumentou à taxa de 2,7% a.a. A expansão populacional sergipana, na primeira metade do século XIX, é um dos sinais da expansão econômica da província. Outro sinal é o vertiginoso crescimento do número de engenhos, da ordem de 4,6% a.a., nesse mesmo período (MOTT, 1986, p. 146). Em 1860, essas unidades eram contadas em número de 800 e, embora muitas delas fossem pequenas engenhocas ou banguês, elas colocaram Sergipe como uma destacada zona produtora de cana-de-açúcar em fins do XVIII e começo do XIX. Segundo diferentes estimativas, os engenhos sergipanos produziam de um quarto a um terço de todo o açúcar exportado pelo porto de Salvador (CALDAS, 2017; SCHWARTZ, 1988).

A distribuição da população pelo território sergipano era marcada pelas características ambientais e econômicas de cada região. As propostas de regio-

⁹ Joceneide Santos (2014) mostra como a ascensão do açúcar reorientou as atividades produtivas nas vilas sergipanas. Ver o artigo de Malaquias *et al.* (2018) sobre a distribuição das atividades econômicas pelo espaço da província no começo do século XIX.

nalização de Sergipe oitocentista (PASSOS SUBRINHO, 2000; SANTOS, L. 2011) dão conta de três áreas que se distinguiam ecologicamente da seguinte maneira: um litoral úmido, chuvoso, de solos pesados e recortado por grandes bacias hidrográficas, onde se desenvolveu a cana-de-açúcar; uma faixa intermediária, o agreste, de solos leves e férteis, onde predominava uma policultura de alimentos e atividades pecuárias; e as margens internas da província, o sertão, de clima seco e solos áridos, correspondente à região são franciscana, onde a criação de gado se desenvolveu. A mandioca e sua farinha estavam universalmente espalhadas em todos os ambientes.

Embora tal configuração regional impusesse diferentes demandas de mão de obra e condições de sociabilidade escrava, um traço comum à escravidão em Sergipe foi a dispersão de posses pequenas e médias, a convivência entre escravos de diferentes propriedades e a proximidade espacial entre livres e cativos. Na região agrestina, a alta diversificação produtiva incluía uma cesta de produtos voltados para o abastecimento alimentar, como o feijão, o milho, o amendoim e a onipresente farinha de mandioca, além de outros artigos que exigiam processos manuais mais intensivos, como têxteis, fumo, couros. Essa produção artesanal e de mantimentos era feita com elevado uso do trabalho familiar e escravarias pequenas (SANTOS, J. 2004; 2014). Já o sertão pecuarista, por sua vez, foi marcado por grandes fazendas, muitas delas pertencentes a senhores do litoral, e algumas concentrações de escravos em unidades pecuárias mais bem capitalizadas, que forneciam animais para centros canavieiros (DANTAS, 2019; SILVA, 1984). Grandes espaços, baixa densidade populacional e ampla liberdade de movimento dos trabalhadores na pecuária marcavam essa região.

No litoral atlântico, os engenhos concentravam a maior parte do trabalho mancipio, mas não em grandes números. Luiz Mott observa, em um levantamento de 1858, que a média de escravos nos engenhos sergipanos era de 20 cativos, sendo algumas unidades movidas com o trabalho de apenas nove ou dez cativos. Já Passos Subrinho (2000, p. 95) indica a prevalência de unidades

maiores, em torno de 50 cativos, no ano de 1819. De modo geral, acredita-se que os engenhos sergipanos, certamente, não eram tão grandes quanto os baianos, que alcançavam cerca de 65 escravos em média em 1816-1817 (SCHWARTZ, 1988, p. 361), mas ainda eram bem maiores que os engenhos paulistas, os quais ascenderam mais ou menos no mesmo contexto do Renascimento Agrário, e perfaziam entre 20 a 30 escravos no ano de 1829 (LUNA; KLEIN, 2005, p. 66). O mesmo levantamento de 1858, citado por Mott, mostra que os engenhos em Sergipe tinham em média 5,7 agregados, os quais, somados aos diaristas, rendeiros e meeiros, complementariam as demandas de trabalho. Essa mão de obra livre era, sobretudo, mestiça e negra, uma vez que, como mostra o autor (MOTT, 1986, p. 50; 146), a população livre não-branca representava mais de 50,5% dos habitantes da província.

De qualquer forma, os engenhos em Sergipe, assim como nas tradicionais áreas açucareiras da Bahia, podiam valer-se de menos mão de obra do que os congêneres caribenhos, porque contavam com grande número de plantadores de cana, que viviam ao seu redor e compartilhavam cativos nas operações de colheita e moagem (FERLINI, 1988; SCHWARTZ, 1988). Além dos sítios de cana, roças de alimentos, notavelmente de mandioca, orbitavam os engenhos e contribuíam com seu abastecimento, como mostram claramente as listas de plantadores de mandioca de 1785. Uma espécie de censo de produção ordenado pelo governo baiano, esse documento buscava mensurar a capacidade de cultivo de mandioca em Sergipe, supostamente para garantir o abastecimento da cidade de Salvador. A fonte mostra que, no fim do século XVIII, poucos engenhos plantavam mandioca, mas estavam circundados por dezenas de sítios de cultivadores da raiz. As relações entre senhores de engenho, plantadores de cana e roceiros de mandioca na zona açucareira são pouco estudadas em Sergipe, mas a prevalência de sobrenomes comuns, algumas práticas de herança e relações matrimoniais sugerem, mesmo sem estudos conclusivos, que plantadores e roceiros possuíam parentesco com as famílias senhoriais, constituindo um complexo em que relações produtivas,

de propriedade e familiares, se amalgamavam numa lógica muito semelhante ao que Manoela Pedroza (2011) observou para as engenhocas de cana do Campo Grande fluminense, no século XIX.

Um dos conjuntos de fontes que Mott (1986, p. 12-45) utiliza são os *Mapas Exatos de População*, produzidos entre 1825 e 1830 por diversos vigários das freguesias sergipanas¹⁰. Embora tal corpus não cubra todo o território da província, ele permite a decomposição regional da população. Em linhas gerais, a maioria dos escravos em toda a província estava nas freguesias açucareiras, com destaque para as que faziam parte da bacia do rio Continguiba, área de ampla produção açucareira no século XIX. Porém, em termos percentuais, a região com participação mais expressiva de escravos na população (mais de 50% dos moradores) era a freguesia de Santa Luzia, no sul da província, onde também havia engenhos, mas a economia era diversificada, com grande cultivo de mandioca e alta produção de farinha, além de um comércio e um setor de artesanato bastante desenvolvido na vila de Estância. As áreas interiores, especialmente na margem do São Francisco, não eram significativamente escravistas, embora grande parte da população fosse de origem africana, sendo classificados nos mapas como pardos ingênuos, ou seja, nascidos livres.

Outra informação surpreendente que os *Mapas Exatos* evidenciam é que foram contabilizados 13.100 libertos em Sergipe, entre 1825 e 1831 – para cada liberto registrado nos mapas, havia apenas 2,4 escravos. Essa alta taxa de forros indica que a liberdade era um horizonte próximo para uma parte significativa de escravos, pelo menos na primeira metade do século XIX. O grande número de forros certamente representava mais um esforço reprodutivo para a manutenção da população cativa, pois a alforria significa a transferência de pessoas, normalmente mulheres e crianças, do estatuto mancipio para a liberdade, reduzindo, portanto, a fecundidade potencial da população

10 Mott utilizou 23 mapas contando uma população de 115.418, uma cobertura estimada de 70% da população total da província. Ao vasculharmos o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), localizamos 13 mapas individuais somando 99.107 pessoas. Mais adiante, as informações dos mapas serão usadas para tratar da nupcialidade escrava.

escrava (LUNA; KLEIN, 2010). A prodigalidade dos senhores sergipanos na concessão de alforrias, no entanto, se ajustava aos requisitos de trabalho em uma economia em expansão: quando os níveis de exploração da mão de obra eram mais elevados, a exploração escravista exigia uma válvula de escape que, no Brasil, foi desempenhada pela alforria (GONÇALVES, 2011).

O cenário que temos delineado, portanto, é do avanço da lavoura açucareira, contando com o trabalho livre adicional e a expansão da escravidão. Em meados do século XIX, o açúcar estava em seu apogeu em Sergipe. A elite açucareira confundia-se com a elite política e a sucrocultura estava indelevelmente ligada à identidade da província – inclusive, a economia do açúcar justificou a construção de uma nova capital, a cidade de Aracaju, como porto privilegiado para o escoamento do produto. A constituição da economia açucareira sobre um espaço originariamente ocupado pela pecuária e produção de alimentos, conformou delimitações regionais claras, alinhavadas pela lógica escravista de produção.

A dinâmica da população escrava em Sergipe

No começo do século XIX, D. Marcos Antônio de Souza (1943), o vigário da freguesia de Pé do Banco, apresentou a *Memória sobre a Capitania de Sergipe, sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz*. Oferecida ao ministro e secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho, a peça, de evidente caráter esclarecido, usava a recente economia política escocesa e francesa, representada por Adam Smith e J. B. Say, para produzir um quadro racional do território sergipano e sugerir aperfeiçoamentos, que o tornassem mais útil ao Império português. Tratando da produção açucareira, Marcos Antônio de Souza (1943, p. 19) reconhecia o caráter diligente dos senhores sergipanos, “pois com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos”. Ao explicar “a razão de proveito tão vantajoso” dos enge-

nhos em Sergipe, o vigário apontou também o segredo interno da produção açucareira: “ali são mais bem tratados estes homens desgraçados” (SOUZA, 1943, p. 19). Segundo o vigário, ao contrário do recôncavo da Bahia, em Sergipe os escravos eram mais bem alimentados, “com saudáveis alimentos de vegetais com feijões e com milho”, mais bem abrigados e vestidos, “com algodão manufaturado pelas escravas” e, tão importante quanto, “ali se lhes permite a mais doce sociedade: podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outras” (SOUZA, 1943, p. 19).

As memórias de D. Marcos Antônio de Souza indicam que, mais importante do que avanços técnicos – que, aliás, não distinguiam a agromanufatura açucareira sergipana da produção no resto do Brasil – era a gestão da mão de obra escrava, que poderia implicar em ganhos de produtividade. Marcos de Souza reconhecia algum utilitarismo no que ele chamava de “bom tratamento dos escravos”, pois isso tornaria o “cativo mais fiel, mais inteligente e por consequência mais útil” (SOUZA, 1943, p. 37). Para além disso, as condições que, de acordo com o memorialista, configuravam o bom tratamento, como disponibilidade de melhor alimentação e vestuário, são o resultado de uma economia local diversificada e capaz de abastecer os engenhos, reduzindo seus custos de operação. O fato de a economia açucareira ter-se erigido sobre um espaço previamente abastecedor criou condições mais adequadas para a manutenção das escravarias. Como notaremos, isso talvez tenha influência sobre as características da mão de obra escrava na província.

Os inventários *post mortem* podem oferecer boas informações sobre a composição e a evolução da população escrava em Sergipe. Todavia, as conhecidas limitações dessa fonte merecem ser mencionadas: os inventários cobrem apenas as escravarias dos senhores falecidos, ou seja, são uma amostra não controlada do universo mais amplo da população escravizada. Além disso, as práticas de inventariação apresentam um claro viés para senhores mais ricos e mais idosos, fazendo com que escravarias pequenas e posses mais recentes sejam sub-representadas. Por fim, como os inventários geralmente registram as posses no fim da vida econômica dos senhores, eles representam

tendências que foram constituídas no passado, ou seja, deve-se considerar certa defasagem entre a cronologia dos inventários e os ritmos de uma população (LIBBY, 2001).

Todavia, na falta de contagens sistemáticas da população, os inventários, em grande quantidade e agregados em períodos mais amplos, são um *proxy* adequado para estudar aspectos como evolução da distribuição por sexo, idade e origem dos escravos, ao longo do tempo. Nos 885 inventários de que dispomos, foram registrados 7.052 escravos para a partilha. A qualidade das informações sobre essas pessoas é desigual e depende muito do trabalho pouco formalizado dos inventariantes (aqueles que davam os bens a inventário), dos louvados (avaliadores nomeados pelo juiz de órfãos) e dos escrivães. Há documentos com listagens muito ricas sobre os escravos e outros muito lacônicos. Em praticamente todos os registros, o cativo é avaliado e nomeado, o que permite inferir o sexo. Apenas 1,36% dos escravos (96 casos) não tiveram o sexo identificado, o que ocorreu por mau estado de conservação da fonte. Com frequência, os cativos também tinham anotado um designativo de cor ou origem – a informação não aparece para apenas 22,4% dos cativos (1.579 casos). Também é corriqueira a informação de idade, mas muitas vezes ela era aproximativa (por exemplo, “aparenta ter 40 anos”) ou referida por expressões designativas da faixa etária, como “de peito”, “ainda pequeno”, “rapaz”, “moço”, “já velho” etc. A não informação de idade chega a quase dois quintos (39,8% ou 2.806 casos).

Em relação ao sexo, os registros de escravos nos inventários mostram a tendência de relativo equilíbrio sexual entre homens e mulheres (tabela 2). A razão de sexo entre os escravos inventariados¹¹, em todo o período de 1800-1849, não passa de 120 homens para cada 100 mulheres, enquanto Luiz Mott (1986, p. 44) averiguou, por meio de mapas de população, uma razão de sexo de apenas 111,07 para a população escrava, no período 1825-1830.

11 A razão de sexo é uma medida do número de homens para cada 100 mulheres numa população. Quanto mais próximo de 100, maior o equilíbrio entre os sexos. Resultados inferiores a 100 significam predomínio feminino, enquanto números superiores a 100 implicam em predomínio masculino.

Tabela 2 – Sexo dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.

	Não identificado		Homem		Mulher		Total	Razão de sexo
	N	%	N	%	N	%		
1800-09	31	4,18%	385	51,96%	325	43,86%	741	118,46
1810-19	29	1,95%	792	53,19%	668	44,86%	1489	118,56
1820-29	12	0,90%	727	54,25%	601	44,85%	1340	120,97
1830-39	16	0,89%	891	49,58%	890	49,53%	1797	100,11
1840-49	8	0,47%	920	54,60%	757	44,93%	1685	121,53
Total	96	1,36%	3715	52,68%	3241	45,96%	7052	114,63

Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

As informações dos inventários também permitem aferir a razão de sexo considerada a origem, brasileira ou africana, dos escravos. Nesse caso, como mostra a tabela 3, havia virtual igualdade no número de homens e mulheres nascidos no Brasil, enquanto a discrepância em relação aos africanos era, como se esperava, bastante alta (quase dois homens para cada mulher). Assim, a principal causa do equilíbrio sexual da população escrava em Sergipe reside no alto grau de *crioulização* das escravarias. Três em cada quatro escravos (74,6%), dos quais foi possível identificar a origem, eram nascidos no Brasil.

Tabela 3 – Sexo dos escravos inventariados em Sergipe, segundo a origem, 1800-1849.

Origem	Não identificado	Homem	Mulher	Total	Razão de sexo
Brasileiro	4	2046	2034	4084	100,59
Africano	8	903	478	1389	188,91
Não inf./ não id.	84	766	729	1579	105,08
Total	96	3715	3241	7052	114,63

Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

A alta *crioulização*, ou baixa africanidade da escravaria sergipana, confirma as indicações dos estudos pioneiros de Luiz Mott (1986, p. 143-144), que mostraram que 66% dos cativos em Sergipe eram naturais da América Portuguesa, em fins do século XVIII, enquanto no censo de 1872, os cativos nacionais constituíam 93,8%. Segundo Mott (1986, p. 143-144), no cenário da primeira metade do século XIX, os “cativos oriundos da África nunca devem ter ultra-

passado 1/3 da escravaria total de Sergipe”. Os altos índices de reprodução seriam explicados pelo “estilo de pequena empresa doméstica dos engenhos sergipanos”, carentes de capital para adquirir cativos africanos, e pela “impossibilidade de importar negros diretamente da Costa da África”, uma vez que Sergipe não possuía porto para navios de trato transatlântico.

Tabela 4 – Origem dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.

	Não identificado		Brasileiro		Africano		Total
	N	%	N	%	N	%	
1800-09	101	13,63%	456	61,54%	184	24,83%	741
1810-19	485	32,57%	850	57,09%	154	10,34%	1489
1820-29	240	17,91%	809	60,37%	291	21,72%	1340
1830-39	391	21,76%	1014	56,43%	392	21,81%	1797
1840-49	362	21,48%	955	56,68%	368	21,84%	1685
Total	1579	22,39%	4084	57,91%	1389	19,70%	7052

Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

A tabela 4 descreve a tendência de *crioulização* da escravaria sergipana. Ao longo da primeira metade do século XIX, o registro de escravos com designativos brasileiros era o mais comum e relativamente estável em mais de 55%. Os dados de 1810-1819 são viesados pelo alto número de casos em que não se informou a origem dos cativos, resultado de dois inventários com plantéis excepcionalmente grandes, em que os escrivães foram menos detalhistas. É possível que um bom número de africanos não tenha sido identificado, não havendo formas de reparar as lacunas da fonte. De qualquer forma, a tendência geral é de baixo número de africanos, o qual deve ter diminuído ainda mais depois de 1850, com o fim efetivo do tráfico.

Porém, a tendência espelhada pelos inventários não parece definitiva para descartar o tráfico transatlântico na manutenção das escravarias sergipanas. Embora limitada, a presença de africanos foi constante, ao longo do período, o que comprova que os senhores sergipanos participaram do tráfico, inclusive na sua fase ilegal de 1831 a 1850. O tráfico é uma variável relevante para con-

siderarmos as condições de sociabilidade dos escravos, pois ele trazia, continuamente, novos sujeitos para as escravarias: pessoas desconhecidas, ainda não dominantes da língua e sem laços de parentesco ou relações sociais. Esse percentual de um quinto de africanos exibido na tabela 4, constante e reiterado ao longo da primeira metade do século XIX, apesar de quantitativamente baixo, não pode levar a desconsiderar a importância simbólica e social da integração de novos indivíduos às escravarias majoritariamente crioulas de Sergipe. Além disso, a permanente ação do tráfico mostra a constante injeção das culturas africanas em Sergipe, alimentada ao longo do tempo pelo movimento forçado dessa população.

A idade dos escravos registrados em inventários, apesar da alta subnotificação, mostra uma população bastante jovem, embora, como em outras populações cativas, muito concentrada na idade ativa. A tabela 5 sintetiza os dados de idade, agrupando todas as referências etárias (idade registrada, idade aproximada, designativo etário) em três grandes grupos.

Tabela 5 – Idade dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.

	S/inf.		Criança (0-12 anos)		Jovem/Adulto (13 a 49 anos)		Idoso (> 50 anos)		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1800-09	197	26,59%	164	22,13%	309	41,70%	71	9,58%	741
1810-19	626	42,04%	335	22,50%	395	26,53%	133	8,93%	1489
1820-29	531	39,63%	294	21,94%	348	25,97%	167	12,46%	1340
1830-39	825	45,91%	415	23,09%	394	21,93%	163	9,07%	1797
1840-49	627	37,21%	382	22,67%	534	31,69%	142	8,43%	1685
Total	2806	39,79%	1590	22,55%	1980	28,08%	676	9,59%	7052

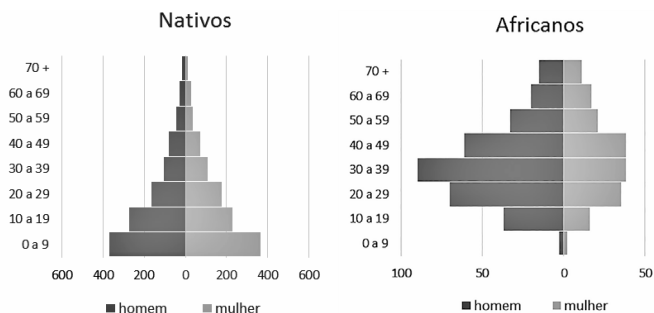
Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

Foram agrupadas todas as referências às crianças (“cria”, “de peito”, “ainda por batizar”, “pequeno” e todos os diminutivos como “criulinho”, “mesticinho” etc.) no primeiro grupo de 0 a 12 anos; todas as referências aos cativos em idade produtiva (“moleque”, “moço/a”, “rapaz”, “sadio/a”), no grupo

de 13 a 49 anos; e as referências aos escravos idosos (“já velho/a”, “idoso/a”, “ancião”), no terceiro grupo de maiores de 50 anos. O resultado é um número relativamente alto de crianças: considerando apenas os casos em que algum indicativo etário foi mencionado (4.246 escravos), as crianças são mais de um terço (37,45%), jovens e adultos cerca de metade (46,63%) e os idosos perto de um décimo (9,59%).

Embora os dados numéricos de idade sejam de pouca qualidade (4.063 escravos ou 57,6% não tiveram a idade precisamente informada) e exista expressivo sub-registro da origem dos cativos, ainda assim, foi possível organizar pirâmides de população, diferenciando o grupo por proveniência. Nos gráficos abaixo, consideramos 2.101 escravos nascidos no Brasil e 507 nascidos na África com informação de sexo, origem e idade. Nas pirâmides, percebemos que o padrão dos cativos nascidos no Brasil é muito representativo da reprodução interna, enquanto o padrão dos africanos informa a presença do tráfico, incorporando mais homens em idade produtiva à escravaria.

Gráfico 1 – Pirâmides etárias dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.



Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

A expansão da escravidão em Sergipe, na primeira metade do século XIX, se nos afigura um processo semelhante ao que aconteceu na província de Minas Gerais na mesma época: uma complementaridade entre tráfico e reprodução interna (LIBBY, PAIVA, 1995). Assim como em Minas, em Sergipe havia, no século XIX, uma economia em expansão, caracterizada por pequenas e médias posses e com alta disponibilidade de abastecimento alimentar local. A presença de plantadores de mandioca e a proximidade espacial entre engenhos e sítios

devem ter desempenhado um fator mais importante para a reiteração das escravarias, do que as dificuldades de acessar o tráfico ou a suposta pobreza dos senhores sergipanos.

Última questão relevante sobre a população escrava é sua distribuição pelas posses. Nesse ponto, deve-se alertar novamente que a fonte sub-representa os menores patrimônios, fazendo com que pequenas escravarias apareçam menos. As listas de moradores ou produtores são mais efetivas e minoram esse viés, embora só disponhamos das listas de plantadores de mandioca de 1785 (BAHIA, 1785), as quais abrangem apenas quatro distritos da capitania de Sergipe, descrevendo 1.102 unidades produtivas e um contingente de 3.337 escravos. Essa fonte cobre os proprietários vivos e de todas as escalas de riqueza, mas considera apenas os “escravos de serviço”, donde supostamente estão excluídas crianças e idosos incapazes do trabalho na roça. Além disso, escravistas não envolvidos com a agricultura, como artesãos, comerciantes, donos de embarcações etc. possivelmente não foram contemplados. Apesar de a posse geral nessa fonte ser de cerca de três escravos para cada unidade recenseada, os senhores de engenho, em número de 31, tinham em média 31,95 escravos; os 74 lavradores de cana detinham, em média, 5,72 escravos, enquanto os 912 plantadores de mandioca tinham uma média de 2,69 escravos.

Tabela 6 – Distribuição das posses e dos escravos nas listas de plantadores de mandioca, Sergipe, 1785.

	N de senhores	%	N de escravos	%
S/ escravos	391	35,42	0	0,00%
1 ou 2	337	30,53	515	15,43%
3 a 5	208	18,84	766	22,95%
6 a 10	110	9,96	808	24,21%
11 a 20	38	3,44	601	18,01%
21 a 50	20	1,81	647	19,39%
Total	1104	100,00	3337	100,00%

Fonte: Bahia (1785).

Para ser mais preciso, as listas de plantadores de mandioca mostram que 391 (35,42%) das unidades recenseadas não tinham sequer um cativo. Outras 337 (30,53%) tinham um ou dois cativos. Considerando os donos de um a cinco

cativos, eles somam 545 proprietários, 76,4% das unidades com escravos, e detêm 28,4% de todos os escravos. Já os 20 donos de 21 a 50 (1,81% dos proprietários) tinham um percentual de 19,4% dos escravos.

Os inventários da primeira metade do século XIX mostram proprietários mais ricos, concentrando mais escravos, e notoriamente sub-representam os donos de pequenas escravarias.

Tabela 7 – Distribuição das posses e dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.

Faixa de posse	N de inventários	%	N de escravos	%
1 ou 2	264	29,83%	391	5,54%
3 a 5	282	31,86%	1069	15,16%
6 a 10	176	19,89%	1287	18,25%
11 a 30	127	14,35%	2072	29,38%
31 a 50	18	2,03%	735	10,42%
51	18	2,03%	1498	21,24%
Total	885	100,00%	7052	100,00%

Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

Na maior parte das regiões escravistas brasileiras, e com destaque naquelas dedicadas à produção de abastecimento, predominavam os senhores de até cinco cativos. Nas áreas de agroexportação, o cenário se invertia, mas, mesmo assim, escravarias muito grandes eram raras (SCHWARTZ, 1983). Sergipe não discrepava dos padrões brasileiros. As listas de plantadores de mandioca de 1783-1785 e os inventários de 1800-1822 mostram que senhores de um a cinco cativos eram mais da metade daqueles que deixaram registros, embora, no conjunto, essa multidão de pequenos senhores não detivesse mais do que um quinto dos cativos. Na outra ponta da distribuição, donos de mais do que 30 escravos eram 4% dos escravistas, mas controlavam mais de um terço dos escravos. Entre esses extremos, uma apreciável camada de donos de 6 a 30 cativos equilibrava a pirâmide de distribuição da posse escrava, conferindo-lhe um aspecto mais abaulado, isto é, cheio no centro.

O peso dessa estrutura de posse sobre as condições de sociabilidade escrava deve ser claro: com predomínio de plantéis pequenos e médios, era muito difícil para um escravo conseguir um cônjuge na mesma escravaria. Além das limitações senhoriais em relação ao casamento de escravos de diferentes posses, havia as dificuldades de conseguir um(a) parceiro(a) adequado(a) em termos de idade, sem laços consanguíneos e com afinidade afetiva no ambiente restrito das pequenas escravarias. Nesse contexto, o tráfico torna-se relevante para estimular o acesso ao casamento, porque permitia a entrada de novas pessoas e a ampliação dos horizontes sociais nas pequenas e médias posses. Por fim, vale lembrar que engenhos com número limitado de escravos precisavam da força de trabalho de seus vizinhos plantadores de cana e de trabalhadores livres; se considerarmos ainda a existência de roças de lavradores de mandioca e alimentos, entremeados aos canaviais, temos um cenário de frequente contato entre cativos de diferentes posses e destes com pessoas livres, abrindo espaço para formas de união não registradas pelos inventários. As informações sobre as relações familiares dos escravos inventariados permitirão abordar como essas circunstâncias incidiam sobre as escolhas e possibilidades dos cativos.

A família e os laços familiares nos inventários post mortem

Pode-se aqui retornar à memória do vigário D. Marcos Antonio de Souza no ponto em que ele relaciona o acesso ao casamento e a capacidade reprodutiva dos escravos. Segundo o padre, “muito sofre a natureza humana quando é embaraçada por alguns óbices a reproduzir-se” (SOUZA, 1943, p. 19). A falta de matrimônios seria a principal causa, porque a “raça africana” não se multiplica no resto do Brasil. Porém, em Sergipe, o padre sugere que os casamentos de escravos estimulavam a reprodução.

Presumivelmente, as famílias escravas deveriam estar bem registradas nos inventários, mas não é o caso. Salvo as relações conjugais e parentais, os demais

laços familiares dos escravos foram silenciados com boa frequência na fonte. Como os dados dos inventários indicam, a expansão do escravismo, na primeira metade do século XIX, foi resultado, em grande parte, da reprodução interna dos escravos, o que gerou uma população altamente crioula. Nesse contexto, os laços familiares eram bastante corriqueiros – quase todo escravo conhecia, quando não convivia, com algum parente da família nuclear. Porém, sabemos que a noção de família ia muito além da unidade formada por pais e filhos. O parentesco espiritual representado pelo batismo é outra relação que desempenha função familiar. Pode-se também considerar formas simbólicas de parentesco, capazes de unir crianças escravas sem a presença dos pais a outras famílias ou pessoas (GUTMAN, 1976). O desafio do pesquisador é conseguir mapear essas relações nas fontes disponíveis. Laços de parentesco simbólico não foram objeto de registro sistemático e só podem ser captados em fontes qualitativas¹². O parentesco espiritual está bem assentado nos livros de batismo, infelizmente, pouco disponíveis para Sergipe, no período de que nos ocupamos. Assim, o casamento e os laços nucleares são as evidências de família escrava mais facilmente discerníveis e mensuráveis de que dispomos.

Os *Mapas Exatos de População* de 1825-30 mostram a proporção de pessoas casadas, incluindo os escravos. De acordo com os 19 mapas que consultamos, dentre a população livre, 44,67% eram casados; dentre os libertos, o índice era de 37,62%; e, para os escravos, 29,94%, quase um em cada três, apontando que os matrimônios religiosos formalizados pela Igreja eram estimulados por senhores e buscados pelos escravos¹³.

As informações dos inventários são menos abrangentes. Apenas 520 (7,37%) de todos os escravos inventariados foram registrados como casados. Se pen-

12 Processos-crimes e cíveis são fontes preciosas para essa investigação. Por sorte, há copiosa quantidade desses documentos no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Pretendemos avançar sobre essa documentação num momento posterior da pesquisa.

13 Os Mapas são organizados em cortes decenais, o que não permite o cômputo da taxa de nupcialidade geral (dividindo-se o número de casamentos pela população maior de 15 anos). No entanto, ao excluir as crianças com dez ou menos anos, podemos alcançar uma medida aproximada do acesso ao casamento na população adulta da ordem de 545 por mil, entre os livres, e surpreendentes 375 por mil, entre os escravos.

sarmos em todos os escravos unidos por algum laço de parentesco – quase absolutamente cônjuges, pais, mães e filhos –, chegamos à cifra de 1.672 cativos, 23,7% do total de escravos inventariados. É muito provável que os inventariantes, louvados e escritvães fossem displicentes ao anotar os laços de parentesco dos cativos. Porém, o quantitativo informado permite algumas considerações. Em primeiro lugar, a experiência de estar ligado a uma família conjugal não era estranha a boa parte dos cativos em Sergipe. Em segundo lugar, os laços mais comumente registrados eram os da família nuclear, isto é, unindo pais e filhos. Raríssimos casos (apenas quatro) registraram irmãos e netos. Por fim, naquelas famílias compostas por apenas um progenitor, ou seja, famílias monoparentais, o mais comum, como se esperava, era o registro de mulheres com filhos sem a informação do cônjuge – o que não significa que não havia um pai, mas apenas não foi registrado na fonte, talvez por não serem unidos pela Igreja, ou, ainda, por ser um escravo de outra propriedade ou uma pessoa livre (SANTOS, J. 2004)¹⁴.

Tabela 8 – Relações familiares dos escravos inventariados em Sergipe, 1800-1849.

	N	%
Cativos casados	520	31,10%
Mães sem cônjuge informado	277	16,57%
Pais sem cônjuge informado	16	0,96%
Filhos	855	51,14%
Outros laços (netos e irmãos)	4	0,24%
Total de escravos com laços de parentela informados	1.672	100,00%

Fonte: Sergipe (1800-1849a; 1800-1849b).

Podemos considerar com mais atenção esses 520 cativos casados. Boa parte deles não tem nenhum designativo de origem (202 casos), mas os restantes dividem-se quase igualmente entre brasileiros (51,26%) e africanos (48,74%). Embora nossos dados sejam preliminares e os registros escassos, a sugestão

¹⁴ Os assentos eclesiásticos de matrimônio seriam especialmente úteis para rastrear esses casos de cativos casados com pessoas livres ou de outra propriedade, entretanto, a fonte não é disponível para nosso recorte. Aqui não se considera que homens e/ou mulheres com filhos, mas registrados em inventários sem a presença de um cônjuge, fossem “solteiros”, uma vez que a concepção acontecia no curso de uma relação conjugal, não necessariamente oficializada na Igreja. A esse respeito ver Brugger (2007).

é que africanos acessavam o casamento numa proporção muito mais alta do que sua presença nas escravarias. A procura pelo casamento por parte dos africanos faz sentido, ao considerarmos que chegavam ao Brasil desprovidos de laços familiares. O constante e perceptível tráfico negreiro, que anualmente incorporava novos sujeitos ao escravismo, associava-se, em Sergipe, à instituição da família escrava: os forasteiros deveriam ser integrados à comunidade local, o que acontecia, num primeiro momento, com o batismo e, num segundo, com o casamento.

Outro dado relevante sobre o conjunto de 520 cativos casados é que eles estavam, majoritariamente, em grandes propriedades, com mais de 50 escravos: 54,8% dos casados viviam em posses de 50 ou mais cativos e outros 34,3% em posses entre 10 e 50 escravos. A historiografia tem demonstrado que era mais factível aos cativos de grandes escravarias conseguir formar família (FREIRE, J. 2009; ROCHA, C. 2004; ROCHA, S. 2009; SLENES, 2011). O acesso ao casamento estava virtualmente negado aos cativos que viviam em pequenas posses, nas quais era mais difícil conseguir um par, como também era mais complicado manter o casal junto na partilha dos bens.

Para as 277 mães com filhos sem cônjuge informado nos inventários, não foi possível identificar a origem de 39; quanto às restantes, havia predomínio de nascidas no Brasil (191 mulheres ou 80,3% dos casos conhecidos). Percebe-se que as mulheres africanas, preferencialmente, tinham filhos numa condição matrimonial com um cônjuge da mesma propriedade.

As famílias monoparentais femininas estavam distribuídas em todas as faixas de posse, exceto nas escravarias muito pequenas, com apenas um ou dois escravos, nas quais aparecem apenas 11 mães (ou 4%). A frequência de mulheres mães, sem cônjuge identificado, nas escravarias de três a dez cativos era de 37,5%, em posses de 11 a 30 cativos, de 28,9% e nas escravarias com mais de 30 escravos, de 29,6%. Portanto, se os casais estavam concentrados em posses maiores, as mulheres sem cônjuge identificado aparecem mais comumente em posses pequenas.

Quanto à estabilidade desses arranjos familiares, a manutenção dos casais pós-partilha era mais comum do que a manutenção dos filhos junto a seus pais – muito embora os filhos de pais casados tivessem mais chance de permanecer unidos a seus progenitores. Dos 520 escravos que tiveram o matrimônio registrado nos inventários, 82 (15,8%) foram separados na partilha. Já em relação aos filhos, apenas 46 (5,4%) não ficaram junto de sua família quando ela era conjugal, enquanto 348 crianças (40,7%) foram separadas dos núcleos familiares monoparentais.

A separação deve ser considerada com cuidado porque a partilha nem sempre significava o afastamento físico dos membros da família, já que muitos cativos eram entregues como herança a filhos menores e permaneciam sob a tutela de um curador, ou passavam a viver com os herdeiros na mesma propriedade dos inventariados, ou, ainda, num sistema em que as relações familiares senhoriais estruturavam a posse da terra, vivendo filhos e pais na mesma vizinhança, de modo que a partilha não impedia a convivência dos escravos. De qualquer forma, nesse caso, como nas possibilidades para o acesso ao casamento e à formação de família conjugal, o tamanho da escravaria e o nível de riqueza dos proprietários eram determinantes para as experiências familiares dos escravos.

Considerações finais: família escrava e domínio senhorial

Nas primeiras décadas do século XIX, a capitania/província de Sergipe vivia agitada por rumores e revoltas de gente parda e negra. O amplo levantamento de notícias de insurreições em Sergipe realizado por Luiz Mott (1986, p. 64) mostra que o começo do século e os momentos imediatos à independência foram os mais críticos. Nessa época, marcada pela elevada entrada de africanos no Brasil e pelo uso político do haitianismo¹⁵, dois riscos eram mais discerníveis na consciência senhorial: de um lado, o temor de uma revolta

¹⁵ Sobre o tráfico, ver Florentino, Ribeiro e Silva (2004); sobre o haitianismo, ver Reis (1995).

de pardos e pretos livres, de outro, o medo de uma sublevação de africanos (MOTT, 1986, p. 189-201). Pardos e pretos livres eram a maior parte da população sergipana, mais da metade dos habitantes, cerca de três quartos dos livres, e cresciam continuamente graças à mestiçagem e à alforria. Quando não estavam nitidamente enredados por relações de clientela, eram vistos como vadios e perigosos, e tratados com desconfiança pelos governantes (LARA, 2007). A revisão do estatuto colonial, na época da Independência, com o fim das restrições de sangue e a igualdade civil, ameaçava as formas tradicionais de controle, explicando e explicitando os receios da elite sergipana.

Já o temor de insurreições africanas alimentava-se do exemplo do Haiti. No começo do século XIX, a situação tornou-se alarmante com a descoberta, em 1808, de planos de uma revolta atribuída aos africanos gegês, e, em 1828, com a ocorrência de uma sublevação atribuída a escravos nagôs, a qual resultou na morte de membros de famílias senhoriais (MOTT, 1986, p. 191). Há mais notícias de conspirações de africanos. A maioria ficou registrada como rumor, encorpendo a desconfiança senhorial sobre os africanos, considerados estrangeiros temidos.

Ao avançar o século, os atos de rebeldia e resistência dos cativos não se tornaram menos comuns, mas os senhores passaram a identificar outros inimigos. Com o fim efetivo do tráfico em 1850, os escravos de origem africana, já poucos, minguaram até níveis bem reduzidos e as escravarias tornaram-se majoritariamente crioulas. Os laços familiares, em uma população gerada localmente, eram muito amplos. Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, o risco ao domínio senhorial passou a ser representado pelo escravo crioulo e ganhou forma nos quilombos volantes.

O quilombo volante sergipano era constituído por um grupo itinerante e não extenso de escravos fugidos que orbitavam os engenhos, acobertando-se nas matas. Essa forma de organização dos escravos preocupou os senhores, pelo menos da década de 1860 até o fim da escravidão. O sucesso e a longevida-

de do fenômeno só foram possíveis, de acordo com o recente estudo de Igor Fonseca de Oliveira (2015), porque os quilombolas contavam com uma rede de auxílio promovida pelas escravarias locais. Tal rede era configurada por relações de amizade, mas, sobretudo, por relações de parentesco. A família nuclear, extensa ou simbólica, era uma das armas, talvez a principal, desses rebeldes.

Neste artigo, observou-se que a família escrava foi importante para a reprodução das escravarias numa época de expansão econômica, além de ter sido um instrumento fundamental na inserção social de africanos, bem como um meio de dirigir os anseios dos cativos em direção à estabilidade e liberdade. Porém, um último e ligeiro comentário deve ser a lembrança de que a família escrava também foi uma instituição capaz de gerar expedientes necessários para a resistência e a revolta. Mesmo quando essa família era separada, os laços permaneciam e apoiavam ações de fuga e rebeldia (AMARAL, 2012, p. 114). Numa província em que de dois terços a três quartos dos cativos eram nascidos localmente, a família escrava era uma instituição corriqueira, mas fundamental. Era por meio da família que se engendravam espaços de reprodução cultural e reflexão sobre experiências comuns, de organização e consumo de recursos materiais, de apoio e sociabilidade, com os quais foi possível investir contra o sistema, negociar ou fugir e se rebelar; enfim, ser agente da história.

Referências

AMARAL, Sharise Piroupo. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Contiguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial, Maço 191, Doc. 14 e Maço 192, Doc. 15. [S.L.: s. n.], 1785.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CALDAS, José Antonio. *Notícia geral desta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. Salvador: EDUFBA, 2017.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

DANTAS, Pedriane Barbosa de Souza. *Pelos caminhos d'água, pelas rugosidades da terra: a construção territorial de Sergipe D'el Rey*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31, p. 83-126, out. 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/21072/13664>. Acesso em: 1 fev. 2020.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, Belo Horizonte, v, 23, n. 37, p. 184-207, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100011>. Acesso em: 1 fev. 2020.

GUTMAN, Herbert Georges. *The black family in slavery and freedom 1750-1925*. Nova York: Vintage Books (Random House), 1976.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, jul. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/160479/154755>. Acesso em: 1 fev. 2020.

LIBBY, Douglas C. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; CERQUEIRA, Adriano; FAVERSANI, Fábio (Orgs.). *História quantitativa e serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH/MG/PUCMG/UFOP, 2001. p. 279-304.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira *et al.* Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a história agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 12, n. 23, p. 13-42, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9449>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). *Escravi-*

ção e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-162.

MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade.* Aracaju: FUNDESC, 1986.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial I.* 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OLIVEIRA, Igor Fonseca de. *Por não querer servir ao seu senhor: os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX).* 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PARÁ. Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA/UFPA). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), *Inventários post mortem*, cx. 25 (1870). *Inventário post mortem* de José Inácio de Faria. Registro em: 1870.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe 1850-1930.* Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos da propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 14-39, dez. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>. Acesso em: 1 fev. 2020.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX.* Campinas: Editora da Unicamp; CMU Publicações, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual.* São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, província de Sergipe (1850-1888)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Vivências dos africanos nas terras sergipanas (1790- 1850)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Lourival Santana. *A produção do espaço agrário sergipano: estrutura e arranjos (1850-1925)*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 256-287, abr. 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156729>. Acesso em: 1 fev. 2020.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERGIPE. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. *Inventários post mortem, 1800-1849*. [S.L.: s. n.], [1800-1849a].

SERGIPE. Arquivo Público de Sergipe, Coleção Sebrão Sobrinho. *Inventários post mortem, 1800-1849*. [S.L.: s. n.], [1800-1849b].

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e criadores na formação social da miséria (1820-1920)*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

SILVA, Sheila Farias. Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, n. 40, p. 69-92, jan. 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12319>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, Marcos Antonio de. Memória sobre a capitania de Sergipe: sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. *Revista de Aracaju*, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 10-46, jan. 1943.

Recebido em: 11 de abril de 2020

Aprovado em: 17 de setembro de 2020